



Nova ordem tributária no Brasil

Como a reforma tributária brasileira e as tendências globais redesenham estratégia, competitividade e governança nas empresas do país



Conteúdo

	Apresentação	03
01	IA e transformação digital	07
02	Pressões fiscais e demográficas aceleram a busca por arrecadação	12
03	Tensão geopolítica e protecionismo podem desestabilizar o ambiente tributário	16
04	Agenda de justiça fiscal redefine a relação entre empresas e sociedade	20
05	Transição climática avança como eixo da política tributária	24
	Caminhos para a reinvenção	28
	Considerações finais	32
	Contatos	34

Apresentação

O que está por trás da maior transformação tributária em décadas

Em todo o mundo, os governos estão mudando a forma como arrecadam tributos. Forças convergentes – IA e digitalização, pressões fiscais e demográficas, fragmentação geopolítica e protecionismo, agenda de justiça fiscal e transição climática – impulsionam essa mudança, cada uma redesenhando o ambiente de negócios e a maneira como se cria, captura e tributa valor.

Uma nova ordem tributária redefine quem arca com o ônus fiscal e como os sistemas de arrecadação se conectam a objetivos mais amplos de crescimento, confiança e sustentabilidade. Esses sistemas são hoje mais digitais, transparentes e complexos do que nunca.



Os líderes empresariais já percebem essa mudança. Segundo dados da PwC,

83% dos executivos brasileiros

afirmam que a área tributária desempenha papel relevante na definição de decisões estratégicas de negócio. Para eles, a tributação se torna cada vez mais um vetor de mudança, um instrumento de competitividade e um fator de resiliência e confiança.

Neste documento, apresentamos um panorama das forças que moldam essa nova ordem – e suas implicações para as empresas.



IA e transformação digital

A inteligência artificial está rompendo o vínculo entre criação de valor e localização física. Governos respondem com novos tributos digitais e usam IA para fiscalizar em tempo real.



Pressões demográficas e fiscais

Envelhecimento da população, endividamento elevado e demandas crescentes por gastos públicos pressionam as finanças dos governos – que tendem a ampliar a base tributária e reforçar a fiscalização.



Fragmentação geopolítica e protecionismo

O mundo se reorganiza em blocos regionais e a política tributária vira instrumento de estratégia industrial. Tarifas, créditos locais e incentivos à realocização produtiva redesenham as cadeias de suprimentos.



Agenda de justiça fiscal

Desigualdade e escrutínio público levam governos a concentrar atenção nos entes considerados vencedores. Transparência e reputação pesam hoje tanto quanto a conformidade técnica.



Transição climática

Sistemas fiscais estão sendo redesenhados para uma economia de emissões líquidas zero, com ampliação da precificação do carbono, créditos verdes e penalidades para ativos de altas emissões.

Juntas, essas forças movimentam trilhões de dólares e transformam a maneira de tributar, criar e capturar valor. Para os líderes empresariais, a tributação indica como os governos orientam esses fluxos. Sairão na frente as empresas que integrarem visão tributária a estratégia, decisões de investimento e construção de confiança. Quem fizer isso não só manterá sua conformidade. Também ganhará vantagem competitiva.



A Reforma Tributária brasileira não acontece num vácuo. Ela responde às mesmas forças que estão redesenhando a tributação em todo o mundo. Entender essa conexão é fundamental para antecipar o alcance – e as oportunidades – da mudança em curso no Brasil. A seguir, abordamos em profundidade cada uma das forças disruptivas e suas implicações para a política tributária.



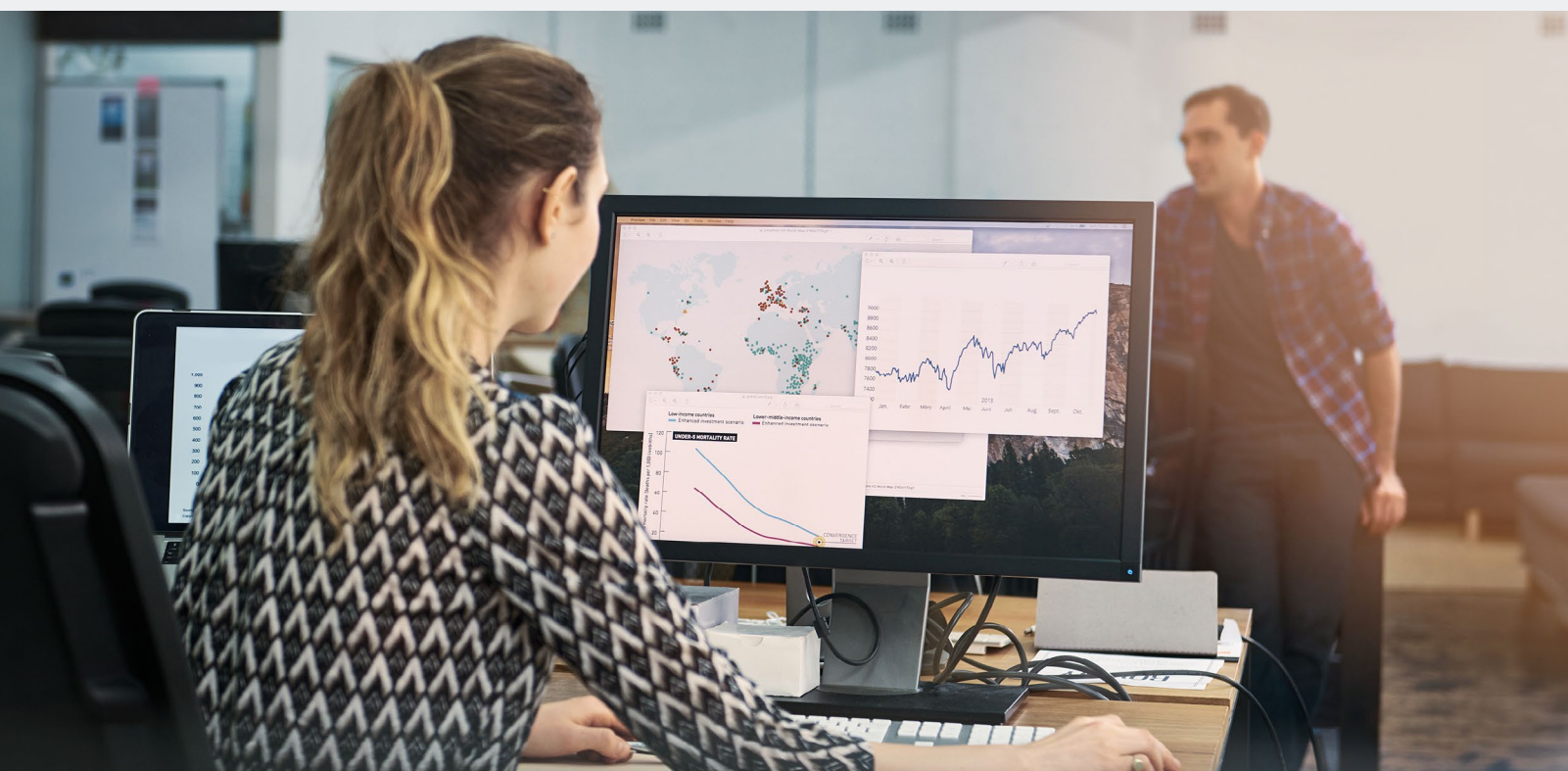
A nova ordem tributária não muda apenas a arrecadação. Transforma a maneira como empresas são avaliadas, comparadas e cobradas – por governos, investidores e pela sociedade. Para quem lidera um negócio no Brasil, isso é ainda mais urgente: duas reformas avançam ao mesmo tempo, o fisco opera com sofisticação crescente e a carga já supera 32% do PIB. A pergunta não é se o ambiente vai mudar – é se as empresas vão capturar valor nessa disrupção ou apenas reagir a ela.”

Carlos Coutinho,
sócio e líder de Consultoria Tributária da PwC Brasil

01

IA e transformação digital

A inteligência artificial redesenha a tributação para governos e empresas



A expansão da IA obriga governos a repensar a política tributária. A criação de valor nos ecossistemas digitais rompe o vínculo tradicional entre a atividade econômica e o território. À medida que plataformas monetizam dados em escala global, multiplicam-se as disputas: qual país tem o direito de tributar esse valor – aquele onde os dados são gerados, armazenados ou utilizados?

Os governos estão reagindo em duas frentes. Na primeira, criam mecanismos de tributação do valor digital – incluindo impostos unilaterais sobre serviços digitais e regras mais rígidas de tributação da renda digital. Na segunda, utilizam a IA para automatizar a fiscalização.

A lógica tradicional das obrigações fiscais está mudando: declarações anuais dão lugar a interações contínuas, com base em dados, entre empresas e governos. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mais de 70% das autoridades fiscais já utilizam IA na gestão de *compliance*, e o *e-filing* está ativo em mais de 120 países.

Ao mesmo tempo, muitos governos oferecem incentivos fiscais robustos para desenvolver competências em setores digitais e de alta tecnologia. Empresas que alinham decisões de investimento e práticas de reporte a esses incentivos podem transformar mudanças no ambiente tributário em vantagem competitiva.

Impactos na política tributária

	Muito provável	Ampliação de tributos digitais e sobre dados aplicados a plataformas digitais e transações internacionais
	Muito provável	Crescimento de sistemas de declaração de impostos com uso de IA e de fiscalização em tempo real
	Provável	Incentivos tributários direcionados a setores digitais estratégicos, como IA e semicondutores
	Possível	Experimentos iniciais de tributação do “trabalho” da IA ou da produção automatizada

O contexto brasileiro

O fisco brasileiro é referência mundial em tecnologia aplicada à fiscalização. Há anos, a Receita Federal investe em cruzamento massivo de dados e padronização de obrigações acessórias. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), por exemplo, reúne diversos projetos – NF-e, CT-e, ECD, ECF, EFD, entre outros – que padronizaram documentos fiscais e contábeis, permitindo monitoramento e cruzamento de grandes volumes de dados em tempo real. O resultado foi a otimização do tempo e custo das fiscalizações, o melhor emprego de recursos humanos e o aumento da eficiência do processo fiscalizador.

Esse nível de sofisticação vai além das declarações. O Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina (Sisam) usa IA para processar declarações de importação em todo o país, identificando padrões anômalos como classificação fiscal equivocada, erros na descrição de mercadorias, país de origem ou alíquota aplicável. Fiscos estaduais e municipais também operam com ferramentas tecnológicas avançadas, padronização de dados e anos de experiência acumulada.

Reforma eleva o patamar

Com a Reforma Tributária sobre o Consumo, o Brasil dá um passo além. A apuração assistida representa uma mudança de paradigma: sai a lógica tradicional de competência e entra um modelo de conta corrente, com apuração praticamente em tempo real que acompanha as movimentações financeiro-tributárias das relações comerciais.

No campo dos incentivos, os legisladores também se movimentam. O Projeto de Lei nº 278/26 criou regimes especiais – Repes e Redata – voltados à exportação de serviços de TI e à instalação de *data centers* no país, com foco em computação em nuvem e IA (confira nosso [Tax Intelligence](#) sobre o assunto). Tudo isso mostra que a transformação digital do fisco brasileiro não é pontual, mas sim estrutural.



O que isso exige das empresas

Se quem fiscaliza já opera com alto nível de sofisticação, o contribuinte que não acompanha esse ritmo fica em desvantagem. Investir em tecnologia tributária deixou de ser apenas um diferencial competitivo. É uma forma de se equiparar ao fisco, ganhando previsibilidade, identificando inconsistências antes que se tornem autuações e descobrindo oportunidades de melhoria que, de outra forma, passariam despercebidas.

A [Global Reframing Tax Survey 2025](#), da PwC, confirma essa percepção: 84% dos executivos brasileiros esperam que a IA generativa transforme o planejamento e a estratégia tributária nos próximos três anos. Mas a tecnologia, sozinha, não basta.

Para os líderes empresariais, a precisão dos dados passa a determinar a exposição fiscal. As áreas tributária, financeira e de tecnologia precisam atuar de forma integrada, garantindo que as informações prestadas às autoridades estejam alinhadas com o que os sistemas da empresa registram.



O ponto central

A IA transforma a equação tributária dos dois lados. Para os governos, viabiliza novas fontes de arrecadação e maior transparência. Para as empresas, exige integridade total dos dados e abre espaço para incentivos voltados à inovação. As organizações que anteciparem como a IA vai remodelar a política tributária – e como os dados fiscais influenciarão sua reputação – estarão mais bem posicionadas para liderar na economia digital.

02

Pressões fiscais e demográficas aceleram a busca por arrecadação

Governos pressionados encontram nas empresas o alvo mais acessível



Os governos enfrentam uma forte restrição fiscal, causada por altos níveis de endividamento, crescimento lento, envelhecimento da população e maiores demandas por gastos com infraestrutura, defesa e ações climáticas.

Diante disso, governantes buscam novas maneiras de aumentar a arrecadação sem comprometer o crescimento ou gerar reação política. As empresas – vistas por parte da população como um alvo mais “justo” para o aumento de tributos – estão na linha de frente dessa pressão.

Impactos na política tributária

	Muito provável	Aumento de tributos sobre empresas e ampliação da implementação do Pilar 2 da OCDE/G20
	Muito provável	Fiscalização mais rigorosa e aumento de litígios tributários
	Provável	Expansão de tributos sobre consumo de base ampla, incluindo tributos sobre carbono e digitais

O contexto brasileiro

No Brasil, as pressões fiscais se manifestam em várias frentes simultâneas. As reformas tributárias do consumo e da renda avançam, impondo às empresas uma adaptação de controles em tempo recorde. A carga tributária reflete esse cenário. Em 2025, atingiu 32,40% do PIB¹.

A pesquisa Tributos no centro, da PwC Brasil, confirma a percepção de pressão: 51% das empresas apontam o aumento da carga tributária sobre a cadeia de valor como a principal preocupação. Além disso, 44% temem impacto negativo no capital de giro e na liquidez da operação. Para 20%, o efeito negativo no EBITDA é uma ameaça concreta.

¹ Tesouro Nacional. “Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral”. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54334>. Acesso: 20/05/2026

Ao mesmo tempo, a fiscalização se intensifica. As autoridades adotam interpretações mais rigorosas da legislação, o que tende a aumentar os litígios tributários. Mesmo sem mudanças formais nas regras, os pagamentos de tributos podem aumentar devido a essas interpretações mais restritivas.

O que isso exige das empresas

O ambiente tributário impõe novas vulnerabilidades e, provavelmente, novos custos. A exposição a riscos fiscais tende a crescer. Três pontos exigem atenção.

1.

A modelagem proativa de cenários passa a ser essencial. As empresas precisam antecipar o impacto de possíveis elevações de carga e da aplicação mais ampla do imposto mínimo global de 15% do Pilar 2 – cuja adoção parcial no Brasil já se concretizou com a aprovação do Adicional da CSLL.

2.

Os tributos sobre o consumo tendem a subir – inclusive os de carbono, apesar da resistência política – porque permitem arrecadação rápida a partir de uma base ampla.

3.

O *compliance* será mais complexo. Fiscalização mais rigorosa e litígios mais frequentes exigem processos internos robustos e monitoramento contínuo das mudanças regulatórias.



O ponto central

As pressões fiscais e demográficas são estruturais. Para as empresas, isso significa operar num ambiente em que a carga tributária tende a crescer, a fiscalização a se intensificar e as margens de manobra a diminuir.

Mesmo sem mudanças formais na legislação, os pagamentos de tributos podem aumentar devido a interpretações mais restritivas. As organizações que investirem em governança tributária e modelagem de cenários estarão mais preparadas para absorver esses impactos e proteger sua competitividade.

03

Tensão geopolítica e protecionismo podem desestabilizar o ambiente tributário

O nacionalismo econômico transforma a política fiscal em instrumento de disputa



As tensões globais estão acelerando o protecionismo, a formação de blocos econômicos regionais e o retorno da produção aos países de origem. Medidas fiscais – tarifas, créditos locais, incentivos à relocação – deixam de ser apenas instrumentos de arrecadação e passam a ser usadas para defender interesses nacionais, fortalecer as cadeias de suprimento e compensar desequilíbrios fiscais.

O resultado é um afastamento progressivo das regras internacionais comuns. Com o avanço do nacionalismo econômico, os sistemas tributários se tornam mais fragmentados e focados nos interesses de cada país. Para as empresas, isso significa riscos fiscais cada vez mais variados e instáveis.

Impactos na política tributária

	Muito provável	Crescimento do nacionalismo tributário e fragmentação do sistema global
	Muito provável	Tarifas, impostos ou incentivos para promover indústrias domésticas e a relocação da produção

O contexto brasileiro

A instabilidade geopolítica não é abstrata para o Brasil. Um exemplo concreto é a imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas recíprocas sobre produtos de origem brasileira. Desde abril de 2025, as regras vêm sendo alteradas conforme tratativas bilaterais, decisões da Suprema Corte americana e questões de política externa.

O episódio ilustra um padrão que tende a se repetir: mudanças abruptas, motivadas por disputas geopolíticas, que afetam diretamente custos, margens e decisões de investimento das empresas brasileiras. Num cenário de blocos regionais em formação, o Brasil precisa navegar entre múltiplos regimes – e as empresas precisam acompanhar de perto esse movimento.

A pesquisa Tributos no centro, da PwC Brasil, mostra que as empresas já sentem esse impacto de forma transversal: 41% apontam alto impacto esperado da Reforma na área de suprimentos e 38% na área comercial – justamente as funções mais expostas a choques em cadeias globais e mudanças de política comercial.

O que isso exige das empresas

O ambiente tributário se torna cada vez mais multipolar, volátil e fragmentado. Três implicações se destacam:

1.

Será preciso monitorar mudanças regulatórias o tempo todo. Divergências regionais e choques de políticas podem surgir com pouco ou nenhum aviso prévio – como mostra o caso das tarifas americanas.

2.

A proteção contra a dupla tributação se torna mais incerta. Com o enfraquecimento dos tratados internacionais, cresce o risco de as empresas serem tributadas mais de uma vez pela mesma operação.

3.

As cadeias de suprimento precisam ser reavaliadas. Incentivos à relocação e impostos protecionistas tendem a se multiplicar, alterando a lógica de onde produzir, construir e se abastecer.



O ponto central

A fragmentação geopolítica transforma a política tributária em um campo de disputa entre nações. Para as empresas brasileiras, isso requer visão estratégica. Testar cenários, mapear exposições a riscos em várias jurisdições e integrar o risco geopolítico ao planejamento fiscal deixaram de ser meros exercícios teóricos. São condições para operar num mundo em que as regras mudam rapidamente – e nem sempre na mesma direção.

04

Agenda de justiça fiscal redefine a relação entre empresas e sociedade

Transparência e reputação passam a pesar tanto quanto a conformidade regulatória



Em todo o mundo, cresce a pressão pública por maior equidade na distribuição da carga tributária. Governos respondem direcionando a atenção fiscal aos entes percebidos como vencedores – multinacionais, setores de alto crescimento e detentores de grande patrimônio.

A tributação se torna, cada vez mais, um instrumento de sinalização política: uma forma de os governos demonstrarem compromisso com prioridades sociais. A questão de fundo é a legitimidade das empresas, uma vez que a sociedade espera que elas demonstrem claramente que sua contribuição tributária é proporcional ao valor que capturam.

Impactos na política tributária

	Muito provável	Tributação mais pesada sobre setores altamente lucrativos e grandes patrimônios
	Muito provável	Uso da política tributária para indicar compromisso com prioridades sociais

O contexto brasileiro

O Brasil acompanha essa tendência global. Na Reforma Tributária do Consumo, o mecanismo de *cashback* para populações de menor renda e a mudança da tributação da origem para o destino – que reduz a guerra fiscal entre estados – são exemplos concretos de como a equidade tributária ganhou espaço na formulação de políticas.

No mesmo sentido, avança a “reforma fatiada” da tributação sobre a renda – uma série de alterações legislativas esparsas com impacto cumulativo significativo. A mais recente foi a publicação da Lei nº 15.270, que instituiu a retenção na fonte de 10% sobre lucros e dividendos acima de R\$ 50 mil mensais, a tributação mínima de até 10% para rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil e a ampliação da faixa de isenção do IRPF para rendimentos de até R\$ 5 mil. A medida combina alívio fiscal na base da pirâmide com aumento da carga sobre altas rendas e investidores.²

² Tesouro Nacional. “Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral”. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54334>. Acesso: 20/05/2026

A pesquisa Tributos no centro, da PwC Brasil, mostra que as empresas percebem essa pressão de forma concreta: 18% apontam a redução da competitividade como risco direto, enquanto 13% temem diminuição da capacidade de investimento. São sinais de que o aumento do escrutínio fiscal já afeta o planejamento estratégico.

O que isso exige das empresas

1.

A narrativa fiscal importa. A forma como a empresa comunica sua contribuição tributária e seu impacto na sociedade pode influenciar sua licença social – e fiscal – para operar. O público espera clareza e concretude, não relatórios genéricos.

2.

A reputação tributária vira um ativo estratégico. Empresas percebidas como agressivas no planejamento fiscal enfrentam um risco reputacional crescente, com impacto nas relações com reguladores, investidores e consumidores.

3.

O propósito precisa ser consistente. Não basta comunicar – é preciso que as práticas fiscais estejam alinhadas ao discurso de responsabilidade e de impacto social da empresa.



O ponto central

A agenda de justiça fiscal amplia o campo de jogo. O que antes se resolvia entre empresa e fisco agora é avaliado por investidores, consumidores e pela opinião pública. As organizações que ajustarem suas práticas – e souberem explicar sua contribuição – terão mais estabilidade e previsibilidade num ambiente tributário cada vez mais exposto ao escrutínio social.

05

Transição climática avança como eixo da política tributária

Incentivos e penalidades fiscais aceleram a descarbonização e criam riscos para quem não se adaptar



Os governos estão usando a política tributária para acelerar a transição climática – desde o incentivo a investimentos sustentáveis até a penalização de atividades com altas emissões. Apesar da resistência política, forças estruturais seguem impulsionando essa agenda: intensificação dos impactos climáticos, demanda por segurança energética e das cadeias de suprimentos, além de pressões fiscais que tornam os tributos vinculados ao clima mais atrativos.

Impactos na política tributária

	Muito provável	Ampliação dos incentivos ao investimento sustentável
	Muito provável	Maior impacto tributário das divulgações climáticas obrigatórias
	Provável	Penalidades fiscais para atividades e ativos não sustentáveis
	Possível	Expansão gradual da precificação de carbono

O contexto brasileiro

O Brasil vem incorporando a lógica climática à política tributária em várias frentes. Na Reforma Tributária sobre o consumo, três instrumentos se destacam. O Imposto Seletivo (IS) incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, um sinal de que o custo fiscal de atividades poluentes tende a aumentar.

Na direção oposta, a redução de alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) beneficiará a produção de veículos elétricos ou movidos a biocombustíveis. E o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) prevê a aplicação prioritária de recursos em projetos com ações de sustentabilidade ambiental e de redução de emissões.

No âmbito dos incentivos federais, o Programa Fundo Clima do BNDES³ financia empreendimentos voltados à redução de gases de efeito estufa e adaptação climática. O Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Leis nº 14.948 e 14.990/2024) criou dois programas – Rehidro e PHBC – com créditos fiscais e incentivos para empresas que produzam ou consumam hidrogênio limpo, posicionando o Brasil como protagonista nessa cadeia global.

Além disso, tramita ainda no Congresso o PL nº 1.338/2025,⁴ que institui o programa Passaporte Verde, com benefícios fiscais para empresas que promovam o uso de energia renovável.

O que isso exige das empresas

O ambiente regulatório está se movendo em duas direções simultâneas. De um lado, os governos oferecem trilhões de dólares em incentivos para investimentos sustentáveis. De outro, as divulgações climáticas obrigatórias intensificam o foco nos impactos materiais, afetando projeções financeiras e planos de investimento.

As empresas já começam a mapear esses movimentos, segundo a pesquisa Tributos no centro, da PwC Brasil. A área de suprimentos – diretamente afetada por penalidades sobre ativos de altas emissões e por incentivos à realocação sustentável – é apontada por 41% dos respondentes como de alto impacto da reforma tributária. O dado sugere que a lógica climática já está entrando no cálculo estratégico das cadeias de valor.

³ BNDES, Programa Fundo Clima. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>. Acesso em: 16/03/2026

⁴ Câmara dos Deputados, PL nº 1.338/2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2491175>. Acesso em: 16/03/2026



O ponto central

Para empresas com cadeias de suprimento intensivas em carbono, os riscos financeiros e operacionais tendem a crescer. Penalidades diretas, perda de incentivos e pressão de investidores convergem para tornar a inação cada vez mais custosa. Com os tributos sendo usados tanto para punir quanto para incentivar, a lógica econômica da agenda de sustentabilidade se impõe por si mesma.

Caminhos para a reinvenção

Próximos passos para os líderes empresariais

A nova ordem tributária não vai esperar que as empresas se adaptem. As que enxergam o tributo como um sinal de para onde o valor está se deslocando – e não apenas como custo ou obrigação – estarão mais bem posicionadas em um ambiente tributário instável.



A seguir, apresentamos cinco ações para converter a disrupção tributária em oportunidade:

1.

Antecipe mudanças tributárias

- Desenvolva sua capacidade de previsão tributária para estruturar o monitoramento de tendências.
- Analise as pressões políticas, fiscais e sociais que os governos enfrentam para antecipar mudanças.
- Participe de coalizões setoriais, compartilhe dados de forma responsável e contribua com insights para apoiar políticas públicas melhores.

2.

Desenvolva agilidade como vantagem competitiva

- Desenhe cadeias de suprimento alternativas, estratégias de *sourcing* e de precificação.
- Planeje cenários de políticas futuras para que a estratégia se ajuste antes que novas regras entrem em vigor.
- Faça exercícios de simulação para avaliar o impacto de choques regulatórios no negócio.

3.

Fortaleça a base de dados e tecnologia

- A tributação em tempo real exige integridade de dados em tempo real. Mantenha uma fonte única e consistente como referência para as equipes.
- Invista em tecnologias e sistemas de IA que aumentem a transparência, antecipem como as autoridades interpretarão os dados e fortaleçam as capacidades analíticas.
- A área tributária precisa deixar de ser consumidora passiva de dados e passar a influenciar a estratégia de dados da organização – participando de projetos de ERP, automação financeira e governança desde o início.

4.

Incorpore a tributação às decisões estratégicas

- Os tributos evidenciam a conexão entre regulação, reputação e fluxos de capital. A tributação não pode ficar no fim da cadeia de valor, especialmente porque é uma das maiores obrigações financeiras das empresas.
- O imposto deve entrar nas primeiras etapas da tomada de decisão, abrangendo desde novos investimentos até mudanças na cadeia de suprimentos e em planos de sustentabilidade.
- Essa visão é compartilhada por líderes do mercado. Como destaca o CEO da PwC Brasil, Marco Castro, no livro “CFO: oportunidades e desafios sob a ótica de profissionais destacados”, organizado pelo IBEF-SP, avaliar os impactos da Reforma Tributária e extrair valor dela é uma tarefa urgente para os CFOs – e não apenas para as áreas técnicas.⁵ Quando a perspectiva tributária é integrada ao modelo de negócios, as decisões ganham resiliência e a eficiência do capital aumenta.

5.

Integre globalmente, execute localmente

- Com mais fiscalização e transparência tributária, os sistemas fragmentados geram risco.
- Uma função tributária centralizada, conectada por meio de tecnologia e padrões comuns, permite respostas mais rápidas e consistentes, sem perder a flexibilidade local.

⁵ CASTRO, Marco. “Reforma Tributária e a perspectiva do CFO: é hora de avaliar impactos e extrair valor”. In: PÁDUA, Rosana Passos de; SECURATO, José Cláudio (org.). *CFO: oportunidades e desafios sob a ótica de profissionais destacados*. 1. ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2024. Cap. 13. Disponível em: https://ibefsp.com.br/wp-content/uploads/2024/11/CFO-Oportunidades-e-desafios-sob-a-otica-de-profissionais-destacados-IBEF_PDF_alta.pdf. Acesso em: 16/03/2026



Mensagem principal

Os tributos fazem cada vez mais parte de todas as grandes decisões empresariais – desde onde investir até como conquistar confiança.

Líderes que veem a tributação como uma janela para mudanças políticas, sociais e econômicas se manterão dentro das regras, conseguirão antecipar tendências e poderão capturar novas oportunidades antes dos concorrentes.



Considerações finais

A nova ordem tributária já começou. A questão não é se ela vai afetar o seu negócio – é se a sua empresa estará preparada para transformá-la em vantagem. Da inteligência artificial à agenda de justiça fiscal, da fragmentação geopolítica à transição climática – cada uma dessas forças, isoladamente, já seria suficiente para redesenhar o ambiente de negócios. Juntas, elas transformam a tributação em um dos eixos mais dinâmicos e exigentes da gestão empresarial.



No Brasil, esse cenário ganha contornos próprios. As reformas da tributação sobre o consumo e a renda avançam de forma simultânea, num ritmo que exige das empresas capacidade de adaptação em tempo recorde. A sofisticação tecnológica do fisco, a apuração assistida em tempo real, a tributação de dividendos e a ampliação da base de incidência são sinais claros de que o sistema tributário brasileiro está mudando de patamar.

Para os líderes, a mensagem central desta publicação é direta: a tributação deixou de ser uma função de retaguarda. Ela está no centro das decisões de investimento, das estratégias de cadeia de suprimentos, da construção de confiança com investidores e da relação com a sociedade. Empresas que integrarem a perspectiva tributária à estratégia de negócios – com dados confiáveis, tecnologia adequada e governança robusta – terão mais resiliência, previsibilidade e competitividade.



A PwC Brasil acompanha essa transformação de perto no país e no mundo. Nossa atuação combina inteligência tributária, análise de cenários e visão integrada de negócios para apoiar empresas em todas as etapas da transição – tudo isso por meio de uma abordagem holística de gestão de riscos conversíveis em oportunidades, suportada por tecnologia e análise preditiva de dados.

As análises apresentadas nesta publicação refletem esse compromisso – e a convicção de que, num ambiente tributário cada vez mais complexo, a diferença entre risco e oportunidade está na capacidade de antecipar, adaptar e agir.

Contatos



Carlos Coutinho
Sócio e líder de
Consultoria Tributária
carlos.coutinho@pwc.com



Hadler Martines
Sócio
hadler.martines@pwc.com

Siga a PwC nas redes sociais



Neste documento, “PwC” refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., firma membro do network da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto sugerir, ao próprio network. Cada firma membro da rede PwC constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure